

**Pauta:** Discussão de tópicos para construção do regramento e regulamentação das apostas esportivas eletrônicas no Município de Porto Alegre/RS

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PP):** (9h16min) (Início da reunião sem gravação.) ...entregar um relatório, fazer um relatório desta comissão, do que a gente está apurando das questões sobre apostas eletrônicas esportivas. É uma modalidade, eu fico bem feliz aqui de a secretária de esportes, juventude e lazer estar aqui, a Débora, a secretária de desenvolvimento econômico, que também está aqui, o secretário, parcerias, enfim, o pessoal que está todo aqui. Daqui a pouco eu vou começar a falar dos nomes, mas que estão aqui também em nome do governo, do Executivo, entendendo da importância de nós regulamentarmos algo que hoje é uma realidade, não apenas aqui, em Porto Alegre, mas no Brasil e no mundo todo.

Estava falando há pouco para a TVCâmara que o Brasil é o campeão de *clicks* de apostas, nós somos os campeões. Depois de nós, vem o Reino Unido e, depois, a Nigéria. Isso significa que temos, no Brasil, pessoas que apostam, e não é diferente em Porto Alegre a partir do momento em que a gente sabe que de Porto Alegre, uma vez por semana, saem dois ônibus lotados de porto-alegrenses, ou de pessoal do entorno, que vão ali, para Santana do Livramento, atravessar a divisa e fazerem apostas em jogos, em cassinos, enfim, ou seja, dinheiro que poderia ser tributos que estariam dentro do Município e que, de uma forma ou de outra, diz muito respeito ao Município, porque o imposto é o ISS, é o Imposto Sobre Serviços.

Então, mais do que nunca, eu acho que há a necessidade premente de Porto Alegre sair na frente, já não estamos na frente, Curitiba já fez a regulamentação em nível municipal, mas que a gente seja, então, o segundo, o terceiro, para poder regulamentar, ficar com os tributos. A secretária Júlia tem sido uma parceira, entende da necessidade de fazer gerar esse tipo de economia, porque também traz o turista, deixa aqui, em Porto Alegre, alguma questão de tributo e que esse pode ser direcionado, assim como a loteria municipal, que já foi aprovada aqui na Câmara, que ela está para complementação das tarifas de ônibus, nós também aqui, nesta comissão, definirmos se vamos poder

regulamentar, não vamos. E o esporte está aqui, porque também é uma das modalidades, principalmente, esportiva, e as pessoas querem. Nós temos vários hoje: KTO, Sportsbet, SportSorte, BETS, enfim, tem vários que já fazem essa questão, mas não estão regulamentados. Na última reunião que fizemos, até a secretária teve que sair, mas ali já tivemos de 4 a 5 empresas que gostariam de estar aqui em Porto Alegre fazendo esse tipo de serviço. Não sei se não seria o caso de chamar a secretaria de inovação, pois nós somos incubadoras de aplicativos e de plataformas, como a Tecnopuc, o próprio Instituto Caldeira e A Fábrica do Futuro. Por que não fazer saírem dali plataformas de apostas esportivas que venham agregar a Porto Alegre mais uma atividade? Hoje, a gente ficou de falar efetivamente sobre sugestões, e aqui está Alex Sander Zanoteli Martins; a Débora Rios Garcia, que eu já falei; o Bruno César, da OAB. Eu tenho convidado a OAB também para que possa fazer sugestões. O auditor fiscal Marcelo Fernandes, da nossa Fazenda; o Raul Eduardo, do núcleo Belém Novo. Por que o núcleo de Belém Novo? O núcleo é o único aqui em Porto Alegre, aliás, que faz restauro de computadores, de teclados, de telas, enfim, e é conveniado com a União. Então, acho que eles têm uma expertise bem interessante. A Júlia, do Instituto Caldeira; o Leandro Pamplona, também pela OAB; o secretário Jorge Murgas e o Eduardo Bonilha, pela Secretaria Municipal de Parcerias; a nossa Ver.<sup>a</sup> Fernanda Barth, representada pela Maria Eugênia. Mais algum vereador aqui representado? Tiago, por favor, vem pra cá. Mais algum? Hoje a ideia era a gente trazer ideias de como fazer essa implementação: se é possível ou não. A PGM não veio ainda? A PGM ia trazer um ia trazer material. Não chegaram. Não sei se a OAB quer se manifestar? Mais adiante. Está aberto, quem quiser pega o microfone, e só diz o nome para ficar gravado, e vamos falando, é reunião de trabalho. Eu só estou fazendo mera condução. O Leandro está aqui, ele tem *expertise* bem grande. Sim, é importante. Não, tem que ter a OAB do Rio Grande Sul para pegar a *expertise* de vocês do Rio. O Sr. Marcelo Fernandes, representante da Secretaria Municipal da Fazenda, está com a palavra.

**SR. MARCELO FERNANDES:** Inicialmente bom dia, Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia, demais representantes das secretarias do governo e dos parlamentares. Meu nome é Marcela Fernandes, eu sou auditor fiscal na Receita Municipal de Porto Alegre e, pela Secretaria da Fazenda, eu gostaria de manifestar que o nosso interesse é bastante caro nesse assunto já que a gente tem uma realidade que são as apostas esportivas. A gente tem uma lei federal já instituindo essa modalidade, estamos à espera de uma regulamentação também vinda de um projeto de lei no Senado, e, de fato, são recursos muito contundentes que devem ser, efetivamente, oferecidos à tributação, até porque todos somos sabedores que não há sentido em uma atividade econômica de serviços ou de qualquer ramo de produção e consumo não ser devidamente taxada e efetivamente contribuir para questão do interesse social. Então a gente está à disposição para ideias e para contribuir com o debate. Por enquanto, bom dia a todos.

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PP):** Obrigado. Nós até estávamos tentando ver uma brecha, dentro do projeto de lei que foi aprovado aqui na Câmara e do decreto que já está em funcionamento, de 18 de janeiro de 2023, que é o decreto da loteria municipal, que a Fazenda tem aquele pequeno comitê que estava organizando. Eu achei que o Xandão vinha hoje, o Alexandre, e eu acho que esse é o momento, porque em nível federal, me parece que ficou uma brecha... Apesar de eles estarem – tu não achas isso, Leandro? –, apesar de eles terem advogado para eles, eu acho que ficou a brecha ali dos municípios entrarem agora, o quanto antes, para que a gente não corra, ali na frente, daqui um ano, meio ano, o cerceamento de não o fazer.

**SR. LEANDRO PAMPLONA:** Bom dia a todos. Sobre essa questão da possibilidade, como eu já tinha antecipado, acho que nas reuniões anteriores, eu penso que o horário, o momento de tentar fazer essa liberação na verdade, ou exercer essa liberação, é agora, inclusive ontem saiu uma notícia informando que o Haddad pediu para que a Procuradoria da União ficasse atenta a liberações de licença no âmbito estadual. Significa que o governo federal está

cuidando também essa situação, por isso que eu já tinha defendido que o modelo aqui... É uma pena que o Xandão não esteja aqui, mas a gente poderia avançar um pouco nessa parte relativa à modalidade de como isso vai se dar. A gente tinha conversado na última vez que as cotas fixas talvez seriam feitas via credenciamento, que eu acho que é a maneira mais rápida, até por conta das eleições do ano que vem, e, por outro lado, segundo as informações dele, já havia uma PMI sobre a loteria, digamos, clássica. Então esses eram os dois modelos que a gente havia pensado para o Município, eu acredito que esses são os melhores modelos ainda que podem, sem dúvida nenhuma, fazer com que o Município saia na frente; então, a gente tem aí, por exemplo, o município de Cuiabá avançando em relação à loteria municipal; com relação à questão também da cota fixa, a gente já tem Curitiba – então esses são os modelos que a gente pode utilizar como parâmetro para colocar o nosso em andamento; o de Curitiba, ainda que tenha algumas questões ali que a gente possa fazer alguma oposição, é um modelo interessante; agora, no nosso caso a questão da cota fixa me parece que não tem outra alternativa, a não ser o credenciamento mesmo.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**SR. LEANDRO PAMPLONA:** Sim, mas a opção que o pessoal da Procuradoria entendeu foi fazer essa subdivisão das maneiras; então eles entendem que a loteria mais clássica, enfim, bilhetes, fariam por uma modalidade, e a cota fixa fariam por outra modalidade. Acho que não tem nada de errado, até porque, como eu disse, essa questão do Procedimento de Manifestação de Interesse – PMI tende a demorar, até haver o término do estudo; para quem não conhece, o PMI tem a necessidade de fazer um estudo, não necessariamente quem entregar o estudo vai ser quem vai explorar a loteria; normalmente isso demora seis meses, todo esse procedimento. Então, o credenciamento seria mais rápido; por exemplo, Cuiabá e Rio de Janeiro já estão fazendo esse credenciamento; a

tendência é que operem até o final do ano; por isso é que falei também dessa questão de o modelo de credenciamento ser mais rápido.

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PP):** E tem algum estado, município ou capital que tenha esse credenciamento, que já fez?

**SR. LEANDRO PAMPLONA:** O Rio fez esse credenciamento e, se eu não me engano, Cuiabá também está correndo nesse sentido de fazer o credenciamento. Os mais avançados hoje nós temos o Rio e, se eu não me engano, Curitiba.

**SR. JORGE MURGAS:** Bom dia, ontem saiu a autorização do comitê gestor de parcerias, para que a gente possa lançar a PMI. Esse processo já está estruturado, agora aguarda parecer da Procuradoria. Então, nos próximos dias, a gente deve estar lançando a PMI das loterias. Para a cota fixa, a gente tem estudado também a possibilidade de credenciamento. Ontem, a gente teve uma conversa, inclusive com o pessoal que está estruturando São Paulo, porque São Paulo lançou um PMI, e o PMI não foi... Eles acabaram juntando os estudos, utilizando partes dos estudos que foram selecionados e aí acabou não acontecendo.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**SR. JORGE MURGAS:** Isso. Isso. Na verdade, quem remunera a PMI é o futuro licitante vencedor. É um processo demorado, como o doutor colocou. A previsão para entrega dos estudos é de 90 dias. No Tribunal de Contas, tem uma resolução que, para análise de estudos de concessão, eles têm um prazo de 90 dias, interrompendo-o à medida que eles nos questionam eventualmente no estudo. Então, ele é um pouco mais longo do que os seis meses. Esse processo deve levar quase 12 meses, quase 1 ano. Curitiba está pensando, e a equipe da FIPE está trabalhando com eles, está ajudando na estruturação. Eles têm um

modelo de cota fixa para credenciamento, mas eles também estão estudando alternativa de credenciar tudo. Foi pelo menos a informação que a FIPE nos passou, mas a gente acredita que nos próximos dias...

**SR. LEANDRO PAMPLONA:** A PMI saia.

**SR. JORGE MURGAS:** Isso. Agora é só aguardar o parecer. Foi para a PGM ontem à noite.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**SR. JORGE MURGAS:** É que a Procuradoria recebeu ontem à noite, vereadora. Recebeu ontem à noite. Eles agora vão ter uns dias para analisar, mas a gente já pediu uma celeridade, uma prioridade na análise. Eu acredito que...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**SR. JORGE MURGAS:** Da cota fixa? Não.

**SR. LEANDRO PAMPLONA:** Não. Não impediria. São coisas distintas.

**SR. JORGE MURGAS:** Acho que a dificuldade do credenciamento para cota fixa é o pós. Quem que vai verificar isso? Quem vai auxiliar o município para fazer essa fiscalização? Eu conversei ontem com a FIPE, e a gente perguntou se eles podiam nos passar algumas informações sobre o estado do Paraná, eles disseram que como eles ainda estavam trabalhando e não tinha sido publicado nada, eles achavam interessante a gente entrar em contato com o Paraná. A gente está aguardando então o pessoal lá da FIPE nos passar o contato, e depois gente compartilha com o gabinete da vereadora para a gente trocar essa informação. Bem, basicamente não se tem muita novidade da última reunião, a

não ser que a gente conseguiu avançar então no termo de referência, no edital de chamamento.

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PP):** O que eu tenho a dizer: eu tinha interesse que ao final do 90 dias a gente pudesse dar a sugestão que eu acho que é a mais válida, do credenciamento, mas é óbvio, eu não tenho essa parte jurídica, e a gente brincou outro dia né, tem que ver só quem vai ir preso, se o Melo, se o secretário; se for o secretário, está tranquilo para ir preso, aí leva um espumante depois lá para a secretária, enfim, ou para o procurador, é só mais essa parte assim...(Risos) Por isso que seria importante a gente pegar o Rio de Janeiro, que é credenciado, Cuiabá, e quem sabe São Paulo, e a gente tentar dar uma lida da forma que eles andaram e eu fazer um pedido de informações para a procuradoria do Município para o Tribunal de Contas, para saber de que forma eles veem isso. O que vocês acham?

**SR. BRUNO CÉSAR NUNES DA SILVA:** Primeiramente bom dia a todos os presentes. Em nome da nossa OAB, seccional Rio Grande do Sul, queria agradecer o convite e dizer que nós temos debatido esse tema na Comissão de Legislação e Direito Esportivo com uma certa frequência, até porque estamos tomando conhecimento cada vez mais sobre...

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PP):** As *bets*.

**SR. BRUNO CÉSAR NUNES DA SILVA:** Exatamente, as fraudes que ocorrem agora com os atletas do futebol, é o que nós temos visto, mas isso é uma prática contumaz que agora está tomando uma certa evidência tendo em vista a divulgação ampla que estamos tendo na nas apostas. Mas se fôssemos ver nas equipes pequenas que ninguém conhece, atletas que ganham um salário mínimo, dois salários mínimos, isso aí já ocorria há um certo tempo. Então a regulamentação desse tipo de atividade urge realmente, porque regulamentando isso a gente tem como regulamentar também as punições, as sanções, as



medidas coercitivas. A CBF agora já tem um *software* que ela contratou que regulamenta e, quando existe algum tipo de aposta que foge do padrão, ele apita. E aí eles automaticamente já começam a ver aquilo ali, suspendem todas aquelas atividades. Outra questão que eu sempre bati no ponto, de ser muito importante essa regulamentação, é a questão da judicialização. Hoje em dia, nós não temos casas de apostas sediadas com domínio no Brasil. Então, se algum consumidor – porque tu és um consumidor por equiparação – se envolve em algum tipo de relação que precisa judicializar, ou botou algum dinheiro, ou a casa fechou, e aí como é que tu fazes? Tu vais ter que entrar com uma ação judicial no domínio dessa empresa. Como é que faz isso então? É uma insegurança jurídica até para o apostador, que não sabe disso. A maioria das pessoas não sabe, porque eles veem nomes em português. Eles veem as casas de aposta patrocinando clubes de Porto Alegre e tudo mais. Então, são vários os aspectos, fora a questão da tributação, como tu falaste. As casas de aposta com domínios no exterior giram um capital imenso aqui, dentro do nosso País, e nós ficamos com nada, só eles ganham. Esses são os motivos que nos fazem ter essa necessidade quase que urgente devido à proporção que está tomando, porque agora nós vemos propagandas em tudo que são meios de comunicação. Sempre nos colocamos à disposição, a OAB-RS está à disposição sempre que precisarem de algum tipo de apoio ou conselho. Por parte da OAB, seria isso.

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PP):** Obrigada, doutor. Eu fico bem feliz que a OAB-RS também está trabalhando nessa questão, porque a gente está se aproveitando da expertise da OAB-RJ. Lá, o Dr. Leandro tem nos ajudado bastante. (Manifestações fora do microfone.) Acho que é importante. E já fica a dica, daqui a pouco, de fazerem essa discussão importante. (Manifestação fora do microfone.) São quase 23% do total de acessos para apostas, são 14 bilhões de pessoas apostando. Primeiro o Brasil, depois o Reino Unido.

(Manifestações fora do microfone. Inaudíveis.)



**SRA. DÉBORA RIOS GARCIA:** Bom dia, Débora Garcia, secretária de esportes. Vereadora Nádia, eu acho que nós temos que sim, regulamentar os jogos esportivos, cada vez mais gente tem visto, como você falou, os jogos. E a pergunta que eu faço: esse recurso de tributação vai para onde? Eu gostaria que viesse um percentual para o esporte, para gente poder colocar em projetos sociais, até a KTO faz isso, eles pegam um percentual que eles ganham com o jogo e colocam em projetos sociais. Então eu gostaria que viesse para nós, para gente colocar em projetos sociais e colocar também no pró-esporte, que vai começar agora no final do ano.

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PP):** Excelente, até porque, ao final do relatório, assim como foi da loteria municipal que definiu a partir da Comissão, e aqui nós somos uma comissão para definir isso, para onde vai a tributação da loteria municipal, que é para a questão da mobilidade urbana, não vejo problema nenhum, já que a senhora é a primeira que está pedindo. Quero que venha pra cá. A gente tinha comentado em fazer campanhas também de: beba com moderação, jogue com moderação, enfim, alguma coisa. Mas acho muito válida a sua sugestão e já vou anotar aqui, até porque o nosso relatório já começou. Ele começa com a conceituação, que eu acho que é importante as pessoas têm grandes dúvidas, o que é uma aposta esportiva, o que é uma aposta de cota fixa, o que é uma casa de apostador, uma operadora, o que é um produto de arrecadação, prêmios pagos sobre faturamento bruto. Então, o nosso relatório começa fazendo essas conceituações, que eu acho que são importantes, a grande maioria das pessoas, e eu vou ser bem sincera, também estou estudando bastante a respeito desse assunto. Acho que quem tem mais expertise aqui na mesa hoje é o Leandro, aqui da comissão, mas quem está falando sobre loteria, enfim, eu acho que é importante de nós, pelo menos, se não chegar em conclusão nenhuma, levantarmos esta questão que o município não pode fechar os olhos, que é uma grande oportunidade de turismo, de desenvolvimento econômico e de nós podermos também encaminharmos a tributação que for pega – eu sou bem liberal, a secretaria também –, que seja um mínimo, que não

seja um leão mordendo o empreendedor que está fazendo esse tipo de serviço, mas também que tenha um percentual que seja... Vamos colocar, então, se ninguém tiver mais nenhuma sugestão até o término do relatório. Não sei os outros, onde tem tido, as tributações tem ido para onde, doutor, o senhor tem alguma notícia?

**SR. JORGE MURGAS:** Sim, tem tido muita divergência, por exemplo, agora o PL que estava na Câmara dos Deputados já teve algumas alterações com relação a quem serão os beneficiários, sobre os valores, o Ministério do Esporte já buscou essas questões, então não tem uma regra específica. O que eu, particularmente, não tenho visto, que eu acho que seria salutar, seria a criação ou o desenvolvimento de algo parecido com os CAPs que hoje, se não me engano, estão dentro do governo federal que são aqueles órgãos especializados nas questões de transtorno. Então, dentro dessa questão, eu acho que seria importante até porque, via de regra, quando se fala em jogo ou se fala em transtorno compulsivo, sempre levanta-se essa questão da parte da ludopatia que também já não é mais o termo correto, mas acho que para essa finalidade tem que haver, até interesse das casas de aposta pelas que eu converso, um encaminhamento para esse setor para que esse setor possa fazer um trabalho, desenvolva um trabalho para evitar essas questões de algum tipo de transtorno e etc., além do que, por exemplo, agora a gente já está vendo, e daí não especificamente sobre a questão tributária, mas o Maranhão – se eu não estou enganado – proibiu que os *influencers* façam qualquer tipo de propaganda ligada não às *bets* especificamente, mas à questão de ganhar dinheiro, aquilo como investimento. A gente já pode ver, por exemplo, aqui no nosso âmbito estadual, a KTO – acho que todo mundo conhece – que, via de regra, trabalha muito bem essa situação. Então é importante ter essa conscientização também, assim como a senhora falou da questão do “se beber, não dirija” ou “beba com moderação”, etc., essa questão do jogo tem que ser tratada como algo ligado ao entretenimento e não à ideia de investimento. Eu sei que existem divergências dentro dessa situação, existem as figuras dos *traders* desportivos que orientam

a investimentos, etc. Eu sou um pouco contrário a esse viés, mas é uma opinião particular minha. Eu penso que muitas medidas já têm sido tomadas nesse sentido. A gente vê, se eu não me engano foi o Maranhão mesmo que obrigou então... ou proibiu que os *influencers* façam qualquer tipo de propaganda nesse sentido. Se eu não me engano, o Conar também já está cientificado de que essas propagandas que virão das casas de apostas também têm que ter esse cuidado ou têm que ter alguma informação relativa à moderação da utilização. A gente vê que muita gente acaba, de fato, usando isso como investimento, acaba se viciando, enfim, a gente já teve essa experiência também quando os bingos estavam em funcionamento. Existe essa situação e não adianta tapar o sol com a peneira. Então, acho que tem que ter um ponto de cuidado bem interessante para que não fique nenhum tipo de recurso ou, pelo menos, se destine um mínimo de recurso para essa finalidade. E só para colocar certa a informação que eu dei anteriormente, eu estava me lembrando, na verdade, o Ministério da Fazenda, o Haddad não pediu que fossem bloqueadas as licenças estaduais; ele pediu que fossem verificadas as questões territoriais. Inicialmente, tinha saído essa informação de que havia... Ele pediu para o pessoal da AGU cuidar dos licenciamentos estaduais e, na sequência, ele acabou dizendo que, na verdade, o que ele estava querendo dizer era a questão do limite territorial. Por que a questão do limite territorial? Porque o Rio de Janeiro trouxe uma inovação, como disse um amigo meu, o presidente lá ele é um pouco disruptivo e ele acabou liberando para o território nacional inteiro, e é uma questão que está ainda gerando um certo atrito. Essa novela eu acredito que terá ainda alguns capítulos, por conta do modelo que eles adotaram. Ou seja, esse modelo de que o sujeito que vai ter o licenciamento lá teoricamente poderia explorar o território nacional inteiro e, mesmo apostando de outros locais, ele acabaria recolhendo o tributo no Rio de Janeiro. Então esse é um cuidado que eu vejo que a União está tendo, até porque qualquer município poderia explorar o seguimento do jogo, por exemplo, no município de São Paulo, que é o maior município, e recolher a sua tributação. Tinha um município, se eu não me engano perto de Cuiabá, não, era um pequeno que tesava de olho no município de São Paulo, queria fazer a

exploração das apostas esportivas no município de São Paulo, porque sabia que... Exatamente, mas a ADI, na verdade, traz a ideia de que poderia explorar, os municípios poderiam explorar. Agora que se criou essa nova discussão ligada ao limite territorial. Então para o pessoal que talvez não tenha o conhecimento, nós temos uma situação parecida em Buenos Aires. Nós temos a província de Buenos Aires e temos lá a cidade de Buenos Aires, que são duas coisas distintas, e lá existe um critério de territorialidade. Então, pela informação que me passaram, é um serviço de geolocalização, o sujeito está numa determinada rua, a aposta é revertida para a província; se ele está em outro local, ela é revertida para a cidade. Então é estranho, mas é isso aí, é uma questão de geolocalização. Eu confesso para vocês que, conversando com outras pessoas da área, talvez essa não seja uma solução cem por cento correta, porque existe a possibilidade da gente fazer as alterações no VPN, enfim, no código de acesso do sujeito. Mas o fato é que foi a solução que foi aprovada lá, e eles utilizam, hoje eles exploram dessa maneira. Esse é o modelo que eles têm lá. Seguindo aqui só essa questão específica dos modelos, acho que o modelo de Porto Alegre já está bem encaminhado pela PMI. Agora é ver essa questão da possibilidade da cota fixa fazer o credenciamento, que eu imagino que seria a forma mais rápida, porque, como bem destacou o pessoal ali, a questão da PMI tem uma demora necessária, não é nem uma questão de “vamos acelerar”, etc. Não, ela tem uns prazos necessários que precisam de estudo, depois o Tribunal de Contas, tem todo um procedimento interno que depende desse tempo. Então, talvez seria uma possibilidade, a gente já tinha conversado na última reunião, de acelerar o credenciamento em relação às cotas fixas.

**SR. JORGE MURGAS:** Está bem, doutor, acredito que esse é o caminho. Ontem, essa reunião que a gente fez com a FIPE, porque eles estão estruturando lá São Paulo e Paraná, foi nesse sentido, a gente conseguir avançar. Agora o próximo passo é fazer um contato com Paraná ali, para trocar um pouco de experiência, para ver de que forma eles estão encaminhando o credenciamento, então, a gente já pode também dar o encaminhamento no credenciamento, não

vejo muita dificuldade no credenciamento. Claro que o outro processo das loterias é um processo de concessão, na verdade, então, ele tem todo um trâmite. É similar ao processo da Carris, a gente levou dois anos para estruturar, porque era um processo de privatização com concessão, ele tem o seu tempo de maturação, mas o credenciamento acredito que gente consiga acelerar, para que no primeiro trimestre do ano que vem a gente já consiga estar credenciando as empresas. Em tese, é uma licitação tradicional, não vejo grande dificuldade. Claro que a gente vai ter um problema burocrático, porque, ao final do ano agora, se encerra o prazo de validade da lei de licitações antiga, a nº 8.666, aí já ingressa a nº 14.133. É um processo novo para o Município, a gente já está, inclusive, na secretaria, o primeiro processo de licitação pela nova lei é da nossa secretaria, tem uma dificuldade, inclusive, ainda de entendimento, Procuradoria, enfim. Tem o processo, agora, a gente estava discutindo aqui um pouco antes, do Mercado Livre, compra de energia no Mercado Livre, a PGM também juntou uma turma lá para poder dar um parecer, enfim, um processo mais complexo. E é isso, mas eu acredito...

(Manifestação da Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia fora do microfone. Inaudível.)

**SR. JORGE MURGAS:** Eu não vejo necessidade, porque, na verdade, quando a gente lançar um processo de credenciamento, tem que registrar todos os atos, todos editais no LicitaCon do Tribunal de Contas. Então, essa informação vai chegar lá para eles. A gente poderia tratar, enfim, a comissão convidar a equipe lá do Tribunal de Contas para participar aqui de uma reunião, para ver de que forma eles entendem isso, mas é um assunto novo para eles também. Não vejo que eles possam...

(Manifestação da Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia fora do microfone. Inaudível.)

**SR. JORGE MURGAS:** O processo de concessão – eles têm uma experiência, acompanharam os processos aqui do Estado: rodovias, Corsan, CEEE, Carris,

enfim. Agora, o credenciamento é uma licitação tradicional, como eu digo, prestação de serviço, não é? Eu vejo que a dificuldade maior é a gente estabelecer uma auditoria para esse processo depois, aí sim teria que ter uma verificação independente para ver se a regularidade dos pagamentos está acontecendo, a fiscalização dos sorteios. Então, eu acho que isso é um pouco mais demorado para a gente poder estruturar, mas, sobre o credenciamento, eu acredito que a gente consiga...

(Manifestação da Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia fora do microfone. Inaudível.)

**SR. LEANDRO PAMPLONA:** A regularização? Tem várias empresas externas que fazem esse tipo de serviço. Uma empresa que eu conheço bem, que é a GLI, que faz dos cassinos de Las Vegas, etc., que também tem muito interesse em vir para Porto Alegre fazer esse tipo de serviço. Aliás, eles são os credenciados de Curitiba e eu não me lembro se Cuiabá também, mas tem dois municípios, ou município e estado, que eles já são parceiros do governo nesse aspecto de fazer essas auditorias, dessas questões dos prêmios, até mesmo dessa política de fraude, da auditoria de forma externa mesmo, não é? Que eu acho que é de suma importância, como o senhor falou.

**SR. BRUNO CÉSAR:** Complementando, na verdade, a questão das sugestões, como tu disseste anteriormente, primeiro reforçar essa questão dessa advertência numa publicidade extensiva, que desestimule as pessoas a apostar como fonte de renda e, exatamente, incentive ou demonstre que aquilo não é uma fonte de renda, não deve substituir um trabalho. Inclusive o projeto de lei que está tramitando no Senado para a regulamentação das apostas esportivas fala isso, coloca uma série de questões que terão que ser regulamentadas, e uma delas é deixar bem claro e evidenciar que aquilo não pode ser tido como uma fonte de renda, não pode ser tido como substituto do laboro, dentre outras coisas.



Uma questão que eu acho muito importante que, em contato com alguns atletas profissionais do futebol de clubes pequenos, o projeto de lei regulamenta isso, a questão de quem não pode apostar, e tem muitos que não sabem, eles não têm conhecimento e muita gente não tem conhecimento. Inclusive eu tenho contato com alguns, e eles vão lá e entram em apostas e tal... “Não, mas eu vou apostar...”, “Não, mas tu não podes, tu estás impedido. Tu fazes parte de um evento promovido pelas instituições do esporte tudo mais...” E eles: “Não, não, mas eu não estou jogando, eu não estou no jogo que está jogando.” Eles não têm esse conhecimento. Eu falo por parte dos atletas, porque é com quem eu tenho contato mais direto, mas muita gente não tem conhecimento de quem é que não pode apostar; qualquer pessoa em que tenha participação num evento esportivo, de qualquer forma; isso eu acho que é uma coisa que teria que ficar mais clara. Eu acho que é o caso de, através de dessas ações, assim, tu vais reforçando: “Olha, o menor de 18 anos não pode, qualquer atleta profissional que faça parte de eventos promovido pelas organizações esportivas regulamentadas também não pode, independente de ele estar participando daquele evento em que ele está apostando ou não.” Na Inglaterra isso é muito forte, a questão das punições para qualquer atleta envolvido em apostas, e eu acho que é uma coisa que, em contato com vários, eu vejo que eles realmente não têm conhecimento disso. Não só eles, mas várias pessoas; um massagista de um clube não pode também. Então são vários fatores que estão meio nublados ali que eu acho que a gente teria que elucidar um pouco mais para o grande público, para a grande massa que não tem um conhecimento tão específico da matéria.

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PP):** O Sr. Marcelo Fernandes está com a palavra.

**SR. MARCELO FERNANDES:** Eu só gostaria de fazer dois comentários rápidos, vereadora, sobre o que foi comentado aqui especificamente na função, no papel da Secretaria de Fazenda, no destaque da importância da regulamentação. A



gente atua basicamente, quanto a proporções legislativas, no que tange aos aspectos da responsabilidade fiscal, na redução de receita, medida de compensação, previsão de estimativas. E, na parte de – como você comentou, secretária Débora –, transferência dos recursos arrecadados. Então muito importante essa questão da repartição dos recursos advindos desses prognósticos de apostas esportivas. Agora, por parte da tributária, complementando uma fala da senhora, o papel da Fazenda não se restringe à questão meramente arrecadatória. A gente sabe que tem essa importância, mas essa regulamentação vai ser importante muito mais até no cumprimento das obrigações acessórias dessas empresas. O que é que acontece? A gente tem um rol de CNAEs que a gente já fiscaliza hoje relativamente às apostas. No nosso, digamos, no topo da pirâmide, estaria o jôquei clube e abaixo dele, todas as outras casas de apostas que a gente tem um olhar. Mas, nesse caso das apostas esportivas, a gente vê pelo vulto dos recursos que se movimentam, pela abrangência mundial que elas têm e, pela falta de regulamentação no Brasil, a gente está vendo que está sendo um recurso muito utilizado pela questão de evasão fiscal, lavagem de dinheiro, enfim, financiamento de outras atividades ilícitas. Então a gente precisa muito da regulamentação principalmente as questões das obrigações acessórias, a gente até pode trazer algumas situações de estímulo para que essas empresas venham a Porto Alegre, etc. Não nos opomos à essa questão de algum tipo de benefício ou incentivo fiscal, mas nós precisamos muito que os cadastros sejam bem realizados e que haja um olhar cuidadoso para que a gente possa, depois, fiscalizar as atividades dessas empresas.

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PP):** Muito boa a fala. Mais alguém? Eu acho que a gente poderia dar o encaminhamento de quê, Renata? Secretário...

**SR. JORGE MURGAS:** Só quero informar, então, que assim que a gente publicar, na verdade, o edital de PMI, a gente já encaminha aqui para o gabinete, para a Comissão, já disponibiliza também. E eu acho que aqui a Comissão...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**SR. JORGE MURGAS:** Na medida em que a PGM emitir o parecer, a gente já publica de um dia para o outro...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**SR. JORGE MURGAS:** Isso, a gente já pediu a prioridade, eles têm vários processos, mas como são procedimentos que já têm uma rotina ali, a PGM já conhece, enfim aí eu não acredito que vai demorar muito...

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PP):** Quando encerra o nosso prazo da Comissão? São 90 dias. Só para a gente tentar...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP):** Quatro de outubro é a data...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**SR. JORGE MURGAS:** E, dentro dos cadernos, do edital de PMI, vai ter o jurídico regulatório, que são sugestões que os parceiros vão trazer ao longo dos estudos. Então, isso pode colaborar também aqui com... a gente pode priorizar isso, tentar priorizar esses estudos preliminares do jurídico regulatório.

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PP):** Depois, se puderes me passar também o SEI que vocês encaminharam...

**SR. JORGE MURGAS:** A gente disponibiliza para a Comissão aqui.

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PP):** Boa, porque aí a gente pode agregar ali que está sob o número SEI para orientação da PGM. E a minha sugestão, então, é que a gente dê uma aguardada na PMI que vai sair, e nesse meio-tempo, eu vou tentar uma reunião com o TCE. Aí eu comunico a Comissão para a gente levar na questão, vou pegar do Rio de Janeiro e de Cuiabá e ver como eles fizeram, fazer um miniacerto e erro ali, fazer um teste e conversar com o TCE, com a comissão deles para saber de que forma eles veem essa questão da cota fixa, das apostas em Porto Alegre, para o TCE, até para tirar algum nó, apesar de que vai para eles depois. Mas acho que é importante a gente já começar a montar um ambiente saudável, receptivo para quando acontecer. Então, a próxima reunião vai ser no TCE, a gente vai tentar sem ser a semana que vem, na outra, para ver se, na semana que vem, sai o PMI, enfim, e a gente consegue fazer um emaranhado aí de questões para o credenciamento como uma forma de pedidos de informação, mas a gente vai *in loco*, entrega e dá uma conversada. Pode ser assim, gente? Muito obrigada então pela parceria ali. O nosso querido vereador tem microfone aberto para o senhor sempre, o Ver. Pablo também está bem interessado nessa questão das apostas. Nós encaminhamos aqui agora, vereador, o secretário Jorge trouxe para nós que ontem foi entregue na PGM a PMI, um estudo então para ver se a PGM dá o *ok* e para ele ser publicado então em DOPA ali para ter a busca. Eu estou fazendo aqui a sugestão de nós fazermos um pedido de informações, não mandar para o TCE, mas a comissão ir lá fazer uma reunião com o Tribunal de Contas do Estado fazendo essa inferência de que é algo que está realizando, de que forma eles veem o Município fazendo credenciamento, que é algo bem mais rápido, que a gente brincava né, vamos ver quem é que sai preso depois, se é o Melo a gente não faz, se for um secretário está tudo de bom né, e a gente fez esse encaminhamento agora de já levar para esse lado. O senhor está com a palavra.

**VEREADOR PABLO MELO (MDB):** Bom dia a todos, eu pedi escusas à presidente Comandante Nádia, porque eu tinha marcado, na verdade tinha que pegar alguns atestado lá para fazer alguns exames, eu vim correndo, desde que

faço parte, por parte do MDB na comissão, depois naturalmente me atualizarei, não é Murgas, com tudo que foi relatado aqui na reunião por cada um de vocês, e nós estamos juntos aí, não é secretária, para regulamentar as apostas esportivas, mais uma possibilidade de aumentar o orçamento do Município, para investir onde a população mais precisa. Então, um bom-dia a todos, estamos juntos comandante Nádia.

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PP):** Muito obrigada, vereador. Então dou por encerrada esta reunião. Sem ser semana que vem, na outra, nós já vamos tentar então essa reunião com o Tribunal de Contas, com o presidente e mais aqui o auditor, o Eduardo, que é o chefe da equipe que o secretário agora, o Jorge, nos passou. Muito obrigada, secretário. Obrigado a todos e uma boa semana. Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião

(Encerra-se a reunião às 10h04min.)

TEXTO SEM REVISÃO